

## A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: O Estado aberto à privatização do ensino<sup>1</sup>

CAETANO, Maria Raquel; PERONI, Vera Maria Vidal. Relações entre o público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo – projetos em disputa. **Revista Trabalho Necessário** - DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53469> , 2022.

Gerbson da Silva Santos<sup>2</sup>

O artigo “*Relações entre o público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo*” foi escrito pelas autoras Maria Raquel Caetano e Vera Maria Vidal Peroni, respectivamente, em último título, doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e, doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).

O estudo das autoras tem como base uma ampla revisão bibliográfica<sup>3</sup> de referências nacionais e internacionais, além de ‘autorrevisarem’ estudos anteriores (2007, 2011, 2015, 2018a, 2018b, 2019, 2020). Caetano (2020), em seu estudo anterior ao artigo aqui resenhado, vinha

---

<sup>1</sup> Título do texto do resenhista.

<sup>2</sup> Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Juazeiro/BA. E-mail: gerbsondasilva@gmail.com.

<sup>3</sup> BALL, S. Educação Global S.A. **Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa, UEPG, 2014.  
BERNARDI, L. **Relações do Movimento Empresarial na Política Educacional Brasileira**: a discussão da Base Nacional Comum. Currículo Sem Fronteiras, v. 18- n.1, 2018.  
BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (2017)**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em 30 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2015.

CARVALHO, S. F. **A escola não cabe numa planilha**: implicações do Programa Jovem de Futuro para a gestão democrática da educação numa escola da rede estadual do Rio Grande do Sul. 2020. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRGS, Porto Alegre.

CIAVATA, M. Estudos Comparados: sua epistemologia e sua historicidade. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, 2009.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

LACERDA, M. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: ZOUK, 2019.

LAVAL, C; DARDOT, P. **La pesadilla que no acaba nunca**. Barcelona: Gedisa, 2017.

LIMA, P. V. de. **Escola sem sentido**: Implicações da Escola sem Partido para a democratização da educação pública. Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. LIMA, P. V. de. **O projeto educativo da nova direita brasileira**: sujeitos, pautas e propostas. UFRGS. 2020. 232f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFRGS, Porto Alegre.

questionando o porquê da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação pública, tendo em vista o caráter conteudista voltado ao setor empresarial. Já Peroni (2020), vinha trabalhando as formas de privatização da educação pública. Assim, os seus estudos das autoras – anteriores ao aqui resenhado – tem voltado a atenção para a análise do papel do Estado na educação, função essa que está com fronteiras cada vez mais indistinta entre o público e o privado.

Desse modo, Caetano e Peroni (2022), afirmam que o “Estado continua a dar acesso à educação, mas, é o setor privado que define o conteúdo pedagógico e a gestão escolar”. Gentili (1995) vem chamando a mercantilização da educação de “*desordem neoconservadora e violência do mercado para a educação destinada às maiorias*”. O caráter neoliberal e neoconservador da qual Idem (1995) se refere é a educação pública, que por meio do comportamento passivo do Estado está de portas para as redefinições de políticas públicas educacionais, resultando em políticas socioeconômicas que visam o tecnicismo na práxis didática e na formação discente e docente. Isso resulta no desinteresse na formação de intelectuais, tornando o ensino técnico mais atrativo – não que essa modalidade de ensino não tenha o seu valor didático, mas como lembra Freire (1996) “a relação teoria-prática se torna um determinante na reflexão crítica sobre a prática”. Talvez seja esse um dos motivos no déficit na formação de cientista no Brasil, pois o mercado prioriza a mão de obra barata, rentável e técnica.

Assim, a educação entra no rol da “*lógica do consumo*” de Lindstorm (2014), mas, não no que refere “*as verdades e mentiras do que compramos*”, mas da educação que é nos dada como política mercantilizada do currículo: entre elas estão a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual Caetano e Peroni tecem suas críticas. Ainda, nos três tópicos do estudo, afirmam que existe uma disputa pelo controle do conteúdo pedagógico e pela gestão da educação, elas dispõem de dados em formato de organogramas, onde fica mais compreensível o que relatam acerca das inferências do setor privado na execução das políticas educacionais e reforma do Ensino Médio, no Movimento Todos pela Educação, no Movimento pela Base, bem como na ideologização da Escola sem Partido.

Em suas considerações finais, Caetano e Peroni (2022) afirmam que “o país vinha pautando a participação popular e a luta por direitos sociais, mas a crise que estava em curso no resto do mundo colocou o Brasil a serviço das estratégias do capital”. Desse modo, a crise de 2015 e 2016 culminou com o impeachment de Dilma Rousseff da Presidência da República, bem como com a minimização dos direitos e das políticas sociais, avançando para uma espécie de privatização do poder público e da redefinição do papel do Estado. Desse modo, o Estado ficou incumbido de dar acesso ao ensino e passivo nas decisões de gestão da educação, bem como na ‘conteudificação’ do ensino-aprendizagem.

Desse modo, a relevância acadêmica e social do estudo das autoras se dá na medida em que elas problematizam o papel do Estado como gestor – ou não – das políticas públicas na educação, importante, tendo em vista que tais políticas inferem na formação, não somente de discentes e docentes, mas na formação de toda uma sociedade. O acesso e a gestão da educação pelo Estado já favoreceram a abertura e qualificação de profissionais, cientista e outros à educação de qualidade. Todavia, como bem lembra Freire (2000, p. 31) “[...] se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, é preciso que o Estado assuma a sua postura acerca das políticas públicas e sociais, tanto na educação, como na participação popular e na luta pelos direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T; PERONI, V. Consequências da atuação do Instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública: observações sobre dez casos em estudo. **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, jan./jul. 2011.

BERNARDI, L; UCZAK, L; ROSSI, A. As relações do estado com empresários nas políticas educacionais: PDE/PAR e guia de tecnologias educacionais. In: PERONI, Vera (Org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

CAETANO, Maria Raquel. Agora o Brasil tem uma Base! A BNCC e as influências do setor empresarial. **Educação em Revista**, Marília, v.21, n. 02, p. 65-82, 2020.FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

———. Discutindo o público e o privado nas políticas educacionais brasileiras: a BNCC em foco. In: SANTOS, Arlete Ramos dos et al. (orgs.). **Educação e Movimentos Sociais**: análises e desafios. 1ed. Jundiaí: Pocco Editorial, 2019, v. 4, p. 233-258.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GENTILLI, Pablo. Adeus à educação pública: A desordem neoconservadora, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. In: AZEVEDO, José C. e SILVA, Luiz H. (Orgs.). **Paixão de aprender II**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LINDSTROM, Martin. **A lógica do consumo**: verdades e mentiras sobre por que compramos. Tradução Marcello Lino. – Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal. Apresentação – Diálogos sobre distintas formas de privatização: caminhadas de pesquisa sobre o tema projetos em disputa. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e77598, 2020.

———. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de; KADER, Carolina Rosa (org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018b.

———. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, [s.l.], v. 18, p. 1-27, 2018a.

———; ADRIÃO, Theresa. **Programa Dinheiro Direto na Escola**: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação? Brasília: INEP, 2007.

———; LIMA, Paula Valim de. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-20, 2020.

———; OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra de. O marco regulatório e as parcerias público-privadas no contexto educacional. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 31, jan./mar. 2019.